

Fundação Dorina Nowill Para Cegos

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
com Relatório dos Auditores Independentes

Fundação Dorina Nowill Para Cegos

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações dos valores adicionados.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros da Fundação Dorina Nowill Para Cegos

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Dorina Nowill Para Cegos (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dorina Nowill Para Cegos em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Entidade e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa opinião. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos quanto à adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe incerteza relevante relacionada com eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões se baseiam na evidência de auditoria obtida até a data do seu relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Hirashima & Associados Auditores Independentes

CRC-2SP025496/O-4



Poliana de Oliveira Hespanhol de Andrade

Contador CRC-1SP258022/O-1

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Ativo	Notas Explicativas	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas - recursos próprios	5(a)	5.985.765	1.379.803
Caixa e equivalentes de caixas - recursos restritos	5(b)	6.392.213	5.749.954
Clientes	6	497.970	231.927
Estoques	7	424.901	622.659
Despesas antecipadas	8	481.339	-
Outros créditos	9	483.038	456.744
		14.265.226	8.441.087
Não circulante			
Imobilizado	10	3.446.915	3.501.393
Intangível	11	376.688	398.810
Bens em comodato		29.120	-
		3.852.723	3.900.203
Total do ativo		18.117.949	12.341.290
		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		654.509	436.125
Salários e encargos sociais		545.266	644.481
Provisões de férias e encargos	4(h)	703.473	668.339
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	17	6.392.213	5.566.420
Projetos próprios a realizar	18	486.126	55.665
Financiamentos	12	-	150.000
Adiantamento de clientes	13	-	904.687
		8.781.587	8.425.717
Não circulante			
Receitas diferidas		2.875	8.427
Provisão para demandas judiciais	14	152.263	159.439
Bens em comodato		29.120	-
Financiamentos a longo prazo	12	-	137.500
		184.258	305.366
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	15	3.610.207	4.061.912
Superávit / (Déficit) do exercício	16	5.541.897	(451.705)
		9.152.104	3.610.207
Total do passivo e patrimônio líquido		18.117.949	12.341.290

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Receitas operacionais	Notas Explicativas	<u>2019</u>	<u>2018</u>
com restrição			
Lei rouanet, Proac e Convênios	17	4.674.078	4.764.791
Projetos patrocinados	18	604.547	528.130
		5.278.625	5.292.921
sem restrição			
Doações e campanhas	19	5.783.227	5.939.084
Venda de bens e serviços	20	10.168.510	3.529.458
Outras receitas		24.776	25.586
Isenções e renúncia fiscal	21	2.311.616	1.800.344
Trabalho voluntário	22	480.574	501.861
Gratuidades recebidas	23	1.969.068	540.272
		20.737.771	12.336.605
Total das receitas		26.016.396	17.629.526
Despesas operacionais			
com restrição			
Execução de convênios	17	(4.674.078)	(4.764.791)
Desp com projetos patrocinados	18	(604.547)	(528.130)
		(5.278.625)	(5.292.921)
sem restrição			
Pessoal, encargos e benefícios	26 a	(7.960.390)	(6.997.524)
Despesas administrativas	26 b	(1.594.715)	(1.926.914)
Contrapartida de uso de imóvel	25	(17.061)	(16.304)
Depreciação e amortização	10 e 11	(690.954)	(717.448)
Impairment	10	(110.270)	(13.979)
Isenções e renúncia fiscal	21	(2.311.616)	(1.800.344)
Trabalho voluntário	22	(480.574)	(501.861)
Contrapartida gratuidades recebidas	23	(1.969.068)	(540.272)
		(15.134.648)	(12.514.646)
Total das despesas		(20.413.273)	(17.807.567)
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		5.603.123	(178.041)
Resultado financeiro	27	(61.226)	(273.664)
Superávit/(Déficit) do exercício		5.541.897	(451.705)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) do período	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.494.515	(1.432.603)	4.061.912
Incorporação ao patrimônio social	(1.432.603)	1.432.603	-
Déficit do período	-	(451.705)	(451.705)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.061.912	(451.705)	3.610.207
Incorporação ao patrimônio social	(451.705)	451.705	-
Superávit do período	-	5.541.897	5.541.897
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.610.207	5.541.897	9.152.104

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixas findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do período	5.541.897	(451.705)
<i>Ajustado por:</i>		
Depreciações e amortizações	690.954	717.448
Impairment	110.270	13.979
Provisão para obsolescência dos estoques	73.603	(12.342)
Reversão / Provisão para contingências trabalhistas	(7.176)	114.608
Ganho/ Perda na baixa/venda imobilizado	4.336	139.300
Juros passivos (apropriados)	(6.143)	144.103
Superávit / (Déficit) do período ajustado	6.407.741	665.391
Variação dos ativos		
Clientes	(266.043)	498.224
Estoques	124.155	(49.810)
Despesas antecipadas	(481.339)	-
Outros créditos	(26.294)	111.835
Variação dos passivos		
Fornecedores	218.384	97.198
Salários e encargos sociais	(99.215)	141.716
Provisões de férias e encargos	35.134	66.975
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	825.793	3.207.625
Projetos próprios a realizar	430.461	(378.446)
Outros débitos	(5.552)	(12.625)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	7.163.225	4.348.083
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.304.009)	(797.333)
Recebimento venda ativo	-	9.124
Baixa de imobilizado e intangível	575.049	-
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de investimentos	(728.960)	(788.209)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamentos recebidos	(904.687)	604.687
Amortização do principal e juros	(281.357)	(475.839)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades financiamentos	(1.186.044)	128.848
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	5.248.221	3.688.722
Saldo inicial de caixas e equivalentes de caixas	7.129.757	3.441.035
Saldo final de caixas e equivalentes de caixas	12.377.978	7.129.757
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	5.248.221	3.688.722

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos valores adicionados findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Lei rouanet, Proac e Convênios	4.674.078	4.764.791
Doações e campanhas	5.783.227	5.939.084
Projetos patrocinados	604.547	528.130
Venda de bens e serviços	13.766.528	4.392.221
Gratuidades recebidas	1.969.068	540.272
Outras receitas	24.776	25.585
	26.822.224	16.190.083
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.598.018)	(862.763)
Valor adicionado bruto	23.224.206	15.327.320
Depreciações e amortizações	(690.954)	(717.448)
Impairment	(110.270)	(13.979)
Valor adicionado produzido pelas entidades	22.422.982	14.595.893
Valor adicionado recebido / cedido em transferência		
Rendimento de aplicações financeiras	278.982	112.370
Valor adicionado total a distribuir	22.701.964	14.708.263
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal, encargos e benefícios	7.960.390	6.997.524
Execução de convênios	4.674.078	4.764.791
Despesas administrativas	1.594.715	1.926.914
Contrapartida de uso de imóvel	17.061	16.304
Projetos patrocinados	604.547	528.130
Contrapartida gratuidades recebidas	1.969.068	540.272
Resultado financeiro	340.208	386.033
Superávit / (Déficit) do período	5.541.897	(451.705)
	22.701.964	14.708.263

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas

1. Contexto operacional:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária, escritura de 11 de março de 1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº 2650 Livro A6 no registro de PJ do 1º Ofício de Títulos e Documentos. inscrita no CNPJ sob número 60.507.100/0001-30.

A Fundação possui os seguintes certificados:

- Utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15 de fevereiro de 1957, registrada no CNAS conforme processo nº 246212/69;
- Portadora de CEBAS conforme Portaria nº203/2017, item 33 de 28 de dezembro de 2017, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2017, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras de 2019 da Fundação seguem s a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância às práticas financeiras adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Financeiras, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 R1, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros e a Lei 12.868/2013.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Clientes - PECLD
- Nota 9 e 10 - Imobilizado e Intangível – revisão da vida útil e recuperação de imobilizado e intangível
- Nota 12 - Provisões para demandas judiciais

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 23 de abril de 2020.

3. Formalidade da escrituração contábil resolução 1.330/11 (nbc itg 2000):

A Fundação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na ECD - Escrituração Contábil Digital. A documentação contábil da Fundação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Fundação mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais práticas financeiras adotadas:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Ativos circulantes:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída pela Administração quando há necessidade de suprir eventuais perdas na realização dos créditos

d) Estoques:

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

e) O imobilizado e intangível:

Se apresentam pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada daqueles e seu valor residual. A Administração da Fundação entende que a taxa fiscal utilizada pela Receita Federal reflete a vida útil dos bens existentes na Fundação.

No imobilizado da Fundação há matrizes utilizadas para elaboração de livros. No exercício de 2019, a Administração considerou que as matrizes adquiridas para elaboração de projetos, foram todas consumidas (baixadas) após a conclusão dos respectivos projetos.

f) Provisões:

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) Prazos:

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

h) Provisão de Férias e Encargos:

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i) Receitas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

- Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade.

- Subvenção e assistência governamentais

As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e a Fundação, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

- Venda de bens e serviços

A receita de venda de bens e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

- Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

j) Estimativas financeiras:

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamento na determinação e no registro de estimativas financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

l) Demonstração do Fluxo de caixa:

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13.

m) Recursos com restrição:

A contas identificadas como Recursos com restrição, são valores recebidos e receber, à realizar no exercício seguinte e gastos incorridos no exercício (Receitas e Despesas) oriundos de contratos firmados com órgão públicos, e são assim identificados (Recurso com restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas nos contratos firmados e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

4.1 Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais da Entidade.

5. Caixas e equivalentes de caixa:

a) Recursos sem restrições

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	4.343	8.029
Banco conta movimento	79.195	62.882
Aplicações financeiras	5.902.227	1.308.892
	<u>5.985.765</u>	<u>1.379.803</u>

b) Recursos com restrições

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco conta movimento	1.100.027	3.498.912
Aplicações financeiras	5.292.186	2.251.042
	<u>6.392.213</u>	<u>5.749.954</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

6. Clientes a receber:

Esta conta é composta dos valores de créditos das transações com cartão de crédito do Outlet e dos Serviços prestados em curto prazo.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outlet a receber	17.204	14.271
Clientes a Receber	480.766	217.656
	<u>497.970</u>	<u>231.927</u>

	Outlet	Clientes	Total
A vencer	17.204	429.461	446.665
Vencidos 0 a 30	-	46.167	46.167
Vencidos 31 a 60	-	5.138	5.138
	<u>17.204</u>	<u>480.766</u>	<u>497.970</u>

7. Estoques:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Matéria prima	216.387	240.688
Material para revenda	99.152	103.731
Outlet	51.022	76.326
Estoque em poder de terceiros	73.242	164.880
Estoque de produto em elaboração	58.701	37.034
Provisão para obsolescência	(73.603)	-
	<u>424.901</u>	<u>622.659</u>

8. Despesas antecipadas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Governo do estado de São Paulo - PNL D	287.389	-
Outras despesas antecipadas	193.950	-
	<u>481.339</u>	<u>-</u>

9. Outros créditos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamento de pessoal	69.173	30.626
Adiantamento de fornecedores	3.182	17.284
Imposto a recuperar IPI / IRRF	332.434	337.487
Depositos judiciais (nota 14)	71.482	66.226
Outros contas a receber	6.767	5.121
	<u>483.038</u>	<u>456.744</u>

10. Imobilizado:

	Taxa a.a. %	<u>2018</u>				<u>2019</u>	
		Saldo líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Impairment	Saldo líquido
Imóveis	4%	620.564	-	-	(118.252)	-	502.312
Móveis e utensílios	10%	211.408	27.272	(17.605)	(42.087)	-	178.988
Máquinas e equipamentos	10%	696.657	393.317	(21.581)	(141.041)	(110.270)	817.082
Matrizes	10%	355.547	653.643	(531.716)	(94.142)	-	383.332
Benfeitorias	4%	393.868	-	-	(17.125)	-	376.743
Biblioteca	10%	913.994	144.092	(6.563)	(172.362)	-	879.161
Equipamentos de informática	20%	106.920	81.552	(1.920)	(56.470)	-	130.082
Instalações	10%	78.335	-	-	(26.620)	-	51.715
Centro de memórias	4%	124.100	-	-	3.400	-	127.500
		3.501.393	1.299.876	(579.385)	(664.699)	(110.270)	3.446.915

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram identificados indicadores de não recuperação de ativo imobilizado, e que gerou um complemento de provisão para *impairment*.

11. Intangível:

	Taxa a.a. %	<u>2018</u>				<u>2019</u>	
		Saldo líquido	Adições	Baixas	Amortização	Impairment	Saldo líquido
Software e programas	20	398.810	4.133	-	(26.255)	-	376.688
		398.810	4.133	-	(26.255)	-	376.688

12. Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019 os financiamentos estavam todos quitados.

	Taxa	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos em moeda nacional	16,48% a.a.	-	287.500
		-	287.500
Passivo circulante		-	150.000
Passivo não circulante		-	137.500
Cronogramas de pagamento	Ano	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	2019	-	162.500
	2020	-	125.000
Total		-	287.500

13. Adiantamento de cliente

Em 31 de dezembro de 2019, os adiantamentos dos clientes foram 100% realizados. A posição em 31 de dezembro de 2018 era:

Cliente	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Editora Moderna LTDA.	-	425.068
Editora Atica S.A.	-	354.969
Editora Scipione S.A.	-	62.076
Saraiva Educação LTDA.	-	56.330
Audible INC.	-	5.944
Ultragenyx Brasil Farmacéutica Ltda.	-	300
Total	-	<u>904.687</u>

14. Provisão para demandas judiciais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>159.439</u>	<u>44.831</u>
Adições	1.560	114.608
Pagamentos	-	-
Reversões	(8.736)	-
Atualização monetária	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>152.263</u>	<u>159.439</u>

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributárias, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

(i) A Entidade possui 01 processo de reclamação de estabilidade provisória. Em 31 de dezembro de 2019, a Fundação mantém uma provisão no montante de R\$ 152.263 (R\$159.439 em 31 de dezembro de 2018).

Há um depósito judicial realizado em maio de 2017, atrelado a este processo. O saldo mantido em depósitos judiciais em 31 de dezembro 2019 é de R\$ 71.482 (31 de dezembro de 2018 é de R\$ 66.226) conforme demonstrado na nota nº 9.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Não há processos classificados pelos nossos assessores legais com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018 o montante era de R\$ 81.340.

15. Patrimônio líquido:

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

16. Resultado do período:

O superávit do exercício, em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 item 15, será incorporado ao Patrimônio Social.

17. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar:

Para a contabilização de suas subvenções governamentais e recursos incentivados, a Fundação atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades. A Fundação, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.

a) FUMCAD:

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador o desconto no Imposto de Renda de 1% se pessoa jurídica e 6% pessoa física.

- Acervo Literário para jovens

O projeto tem como objetivo ampliar as possibilidades de acesso de adolescentes com deficiência visual a educação e cultura por meio da ampliação do acervo acessível da Biblioteca Online da Fundação Dorina, que é composta por mais de 4 mil títulos nos formatos acessíveis Braille, Falado (áudio MP3) e Digital Acessível DAISY e EPUB-3. Para isso, serão editados 50 títulos em formato Falado de literatura – incluindo infanto-juvenis, literatura pré-vestibular, clássicos nacionais, internacionais e best-sellers.

- Autonomia e Independência para Crianças e Adolescentes com Deficiência Visual

O projeto tem como objetivo promover a autonomia e independência a 220 crianças e adolescentes com deficiência visual de 0 a 11 anos e suas famílias por meio de atendimentos especializados como: programas de Intervenção precoce, apoio a educação especial, complementação educacional, orientação psicológica a família e escola. Além do desenvolvimento da independência da criança e adolescente e contato afetivo social, a partir de um ambiente que favoreça o convívio social extrafamiliar, ampliando as possibilidades de experiências e de contato consigo, com o outro e com o ambiente que o cerca.

- Brincar sem Fronteiras: Coleção de jogos recreativos e inclusivos.

O projeto visa proporcionar que o aprendizado e brincar de crianças e adolescentes com ou sem deficiência visual sejam inclusivos por meio da produção e distribuição de 3 kits diferentes em 1000 escolas do ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio do município de São Paulo, totalizando 21.000 kits de jogos como: tabuleiros, dedoches, cartas, histórias em quadrinhos, entre outros totalmente inclusivos nos formatos acessíveis tinta-braille, áudio e digital.

Como ação complementar, o projeto prevê 10 capacitações para 300 professores da rede pública do município de São Paulo sobre a utilização dos materiais e importância da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual na escola.

- Coleção Série Dorina Nowill 046/2017

O projeto visa a elaboração e distribuição de 1.000 exemplares da Série Dorina Nowill, composta por 5 títulos relacionados à deficiência visual com o objetivo de dar apoio aos educadores, professores, familiares e profissionais que atuam junto à criança e ao adolescente com baixa visão ou cegueira. Como ação complementar, o projeto propõe palestras de capacitação sobre a mesma temática para reforçar o entendimento e sanar dúvidas sobre o conteúdo do material.

b) LEI ROUANET:

- Pronac 164590: Rede de livros e leitura inclusiva 2017
- Pronac 177031: Cultivando a Leitura
- Pronac 184605 – Leitura em todos os cantos
- Pronac 193330 – Coleção - Dorinha pelo Brasil - Inclusão sem barreiras

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador o desconto no Imposto de Renda de 4%, sobre o valor devido. O projeto de captação através deste incentivo (IR) tem por objetivo proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braille/falado/Digital) de títulos exigidos em vestibulares, para cultura, lazer e outros. Através desses projetos patrocinados tem proporcionado aos deficientes visuais mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados.

c) PRONAS/PCD:

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução de até 1% do imposto de renda devido que for doado ao PRONAS PCD.

- Desenvolvimento de Recursos Humanos para o atendimento da pessoa com deficiência visual

O projeto visa proporcionar qualificação à equipe que trabalha no atendimento direto da reabilitação da pessoa com deficiência visual da Fundação Dorina Nowill para Cegos, por meio de capacitações específicas, a fim de gerar atualização profissional.

- Empregabilidade para pessoas com deficiência visual.

O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional de cerca de 270 jovens e adultos com deficiência visual e minimizar o cenário de exclusão desse público do mundo do trabalho. O programa de empregabilidade tem a proposta de oferecer cursos livres preparatórios para inclusão profissional, sem validade de curso profissionalizante, contemplando vários momentos cruciais de sua vida - desde a fase da descoberta de suas habilidades, autoconhecimento, percepção de si, fortalecimento pessoal até a sua colocação ou recolocação profissional. O desenvolvimento proposto será através de atendimentos individuais, grupos/oficinas temáticas e cursos de capacitação.

d) CONDECA

- Oficinas de capacitação para professores – Recursos fundamentais para a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual – Processo Seds: 1770645/2019

O projeto tem como objetivo subsidiar teórico e metodologicamente, orientar e instrumentalizar 300 professores da rede pública de ensino, no atendimento ao educando com deficiência visual em sala de aula por intermédio de oficinas práticas, promovendo condições para que o processo de inclusão escolar ocorra de maneira mais adequada e com maior sucesso.

e) EMENDA PARLAMENTAR

- Podcast Dorina: Informação para Inclusão

O projeto tem como objetivo desenvolver 10 (dez) podcasts, (arquivo digital de áudio), que ficarão disponíveis em plataformas gratuitas na internet, por tempo indeterminado, com a função de oferecer informação, sensibilização e orientação aos professores sobre os temas relacionados às questões educacionais dos alunos com deficiência visual.

f) SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA

Subvenção nº 01/2014/SMC processo nº 2002-0.089.371-4 - Produção de 30 títulos em braille e 30 títulos falados, distribuídos para a biblioteca Louis Braille do Centro Cultural de São Paulo e para as bibliotecas indicadas pela Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas das Sec. Munic. Da Cultura.

17. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar (continuação)

	Saldo em 31/12/2018	Repasse	Gastos	Devolução	Saldo em 31/12/2019
PRONAC 15 Semeando a leitura	69	1	-	-	70
PRONAC 16 e 17	3.737.057	149.606	(2.559.251)	(28.111)	1.299.301
PRONAC 18	631.637	2.222.994	(313.932)	-	2.540.699
PRONAC 19 - Coleção Dorina pelo Brasil	-	1.061.815	-	-	1.061.815
PRONAC encerrado aguardando resgate do ministério	11.200	-	-	-	11.200
PRONAS	690.597	27.884	(891)	-	717.590
FUMCAD	495.860	1.522.507	(1.554.721)	-	463.646
CONDECA	-	268.502	-	-	268.502
SECULT	-	225.708	(225.187)	-	521
EMENDA PARLAMENTAR	-	48.965	(20.096)	-	28.869
	5.566.420	5.527.982	(4.674.078)	(28.111)	6.392.213

18. Projetos próprios a realizar:

	Saldo em 31/12/2018	Repasse	Gastos	Devolução	Saldo em 31/12/2019
Instituto OMETTO	37.442	657.828	(354.142)	-	341.128
Fundação Prada	-	128.920	-	-	128.920
Cooperforte	-	59.131	(57.674)	-	1.457
Outros Projetos e parcerias	18.223	189.129	(192.731)	-	14.621
	55.665	1.035.008	(604.547)	-	486.126

19. Doações e campanhas:

As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços do atendimento aos deficientes visuais, assim como nos processos de doação de livros não patrocinados.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Campanhas e eventos	4.755.707	4.689.372
Donativos bancários	-	326.850
Nota fiscal paulista	730.072	496.823
Donativos em Imobilizado	26.195	80.592
Donativos ao Outlet	271.253	345.447
	<u>5.783.227</u>	<u>5.939.084</u>

20. Vendas de serviços:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impressão, transcrição e vendas	2.695.452	1.298.432
Cursos, palestras e treinamentos	39.724	12.593
Gravação digital, livro falado	1.053.564	1.548.654
Publicações	9.648.938	1.316.720
Consultoria, revisão e audio descrição	328.850	215.822
(-) Custos dos serviços e mercadorias	(3.598.018)	(862.763)
	<u>10.168.510</u>	<u>3.529.458</u>

21. Contribuições Sociais – Isenção Usufruída:

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Cota Patronal Previdenciária	1.716.608	1.495.747
Pis s/ Folpag	39.316	-
Cofins	555.692	304.597
	<u>2.311.616</u>	<u>1.800.344</u>

22. Trabalho Voluntário:

Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 R1 item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntariado. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa no montante de R\$ 480.574, (R\$ 501.861 em 2018).

23. Gratuidades recebidas:

A Fundação reconheceu pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado de divulgação em rádio. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Carta capital	814.112	-
Grupo Bandeirantes	338.854	292.848
TV Paga - Via Lewlara	304.150	-
Jornal metro	177.679	-
Radio Massa SP	133.643	-
Cinemas - Via Lewlara	103.000	-
Revista Kaza	40.000	-
Rádio antena 1	34.630	-
Revista Reação	15.000	-
Revista Dante	8.000	8.000
Rádio Transito	-	82.192
Nativa fm	-	79.732
Telecine	-	77.500
	<u>1.969.068</u>	<u>540.272</u>

24. Assistência Social – Gratuidades concedidas:

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Fundação são atividades de proteção social nas, Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, como consequência, por elas regulamentada. A Fundação possui vínculo com a rede SUAS e para isso teve como requisitos:

- I – Prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação;
- II – Quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;
- III – Demonstrar potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS; e
- IV – Disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

24.1 - Formalização dos Projetos Sociais:

A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Fundação, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo; capacidade de atendimento; recursos financeiros utilizados; recursos humanos envolvidos; abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

a) Habilitação e Reabilitação de Def. Visuais:

Os programas de habilitação e reabilitação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos, visam o desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo à aprendizagem, à adaptação social, a orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomia de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2018 realizamos 25.184 mil atendimentos e 1.320 pessoas foram reabilitadas e em 2019 realizamos 28.142 mil atendimentos e 1.392 pessoas foram reabilitadas.

25. Contrapartida de uso de imóvel:

De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu como contrapartida à permissão de uso do imóvel situado à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 – Vila Clementino – SP. Em 2019 os seguintes produtos foram cedidos à Prefeitura de São Paulo: 500 Cartões de visitas em Braille.

26. Desdobramento de itens da demonstração do resultado do período:

a. Pessoal encargos e benefícios:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários	5.325.511	4.636.472
Férias	625.014	549.873
Décimo terceiro	450.444	427.812
FGTS	566.216	485.153
Refeição	512.827	503.042
Assistencia médica	364.898	297.576
Outros	115.480	97.596
	<u>7.960.390</u>	<u>6.997.524</u>

b. Despesas administrativas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Assessoria e serviços	504.661	649.507
Sistemas	247.947	299.370
Conservação e reparos	124.786	171.025
Correio	111.973	168.445
Segurança e limpeza	129.077	153.765
Água, gás e luz	128.950	132.747
Comunicação e divulgação	120.017	130.559
Despesas com transportes	108.136	104.507
Promoções e eventos	79.389	67.689
Telefone	39.779	49.300
	<u>1.594.715</u>	<u>1.926.914</u>

27. Resultado Financeiro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimentos de aplicação financeira	278.982	112.370
Variação monetária	(7.342)	(5.330)
Despesas bancárias	(221.870)	(215.368)
Juros Passivos	(57.401)	(129.899)
Outras despesas financeiras	(53.595)	(35.437)
	<u>(61.226)</u>	<u>(273.664)</u>

28. Imunidade tributária:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais específicas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apropriados.

28.1. Característica da Imunidade:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e, por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

29. Seguros contratados:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Seguro Predial Apólice 966001317 vencimento 13/01/2021

Seguro Responsabilidade Administradores D&O - apólice 17.10.0014968.12 vencimento 16/05/2020

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi avaliada e determinada pela Administração da Entidade.

30. Instrumentos financeiros:

Risco de crédito

É o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi demonstrado na nota 6. A Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de perdas a incorrer com créditos a receber e outros recebíveis.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento deste risco é controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Entidade não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data do relatório não afetaria o resultado.

31. Eventos subsequentes:

Recentemente a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do Corona vírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global e com isso é projetado um aumento significativo no número de casos.

Desde o dia 18 de março de 2020 a Fundação Dorina iniciou todas suas atividades remotamente (colaboradores em home office), e o atendimento da pessoa com deficiência visual que era feito presencialmente agora está sendo realizado a distância.

Neste momento, a Administração da Fundação Dorina não consegue prever ou estimar com precisão a magnitude dos impactos gerados pelo COVID-19 nas atividades da instituição e, conseqüentemente, em suas demonstrações financeiras.

São Paulo, 31 de dezembro de 2019.

Alexandre Munck
Superintendente
CPF - 178. 235.238-41



Rogério Gerlah Paganatto
Contador
CRC 1SP 131987/O-3



DF Fundacao Dorina 2019.pdf

Documento número #d4be2741-0275-483c-bae3-3c86c0f58904

Assinaturas



Alexandre dos Santos Oliveira Munck
Assinou como representante legal



Rogério Gerlah Paganatto
Assinou como validador

Log

- 27 Abr 2020, 14:50:44 Operador com email eliane.pereira@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c criou este documento número d4be2741-0275-483c-bae3-3c86c0f58904. Data limite para assinatura do documento: 27 de Maio de 2020 (14:50). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 27 Abr 2020, 14:51:45 Operador com email eliane.pereira@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c adicionou à Lista de Assinatura: katia.amaral@fundacaodorina.org.br, para assinar como gestor, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Kátia Amaral.
- 27 Abr 2020, 14:52:10 Operador com email eliane.pereira@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c adicionou à Lista de Assinatura: alexandre.munck@fundacaodorina.org.br, para assinar como representante legal, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Alexandre dos Santos Oliveira Munck e CPF 178.235.238-41.
- 27 Abr 2020, 14:52:32 Operador com email eliane.pereira@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c adicionou à Lista de Assinatura: rgpaganatto@qualityassociados.com.br, para assinar como validador, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; Data de Nascimento; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rogério Gerlah Paganatto, CPF 129.306.908-60 e data de nascimento 25/11/1963.
- 27 Abr 2020, 16:28:16 Rogério Gerlah Paganatto assinou como validador. Pontos de autenticação: email rgpaganatto@qualityassociados.com.br (via token). CPF informado: 129.306.908-60. IP: 189.0.73.63. Componente de assinatura versão 1.63.5 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 Abr 2020, 14:57:21 Alexandre dos Santos Oliveira Munck assinou como representante legal. Pontos de autenticação: email alexandre.munck@fundacaodorina.org.br (via token). CPF informado: 178.235.238-41. IP: 179.191.75.54. Componente de assinatura versão 1.63.5 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 Abr 2020, 15:47:52 Operador com email ivan.jazzar@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c removeu da Lista de Assinatura: katia.amaral@fundacaodorina.org.br para assinar como gestor.

28 Abr 2020, 15:48:17 Operador com email ivan.jazzar@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c finalizou o processo de assinatura. Processo de assinatura concluído para o documento número d4be2741-0275-483c-bae3-3c86c0f58904.

Hash do documento original (SHA256): 63d6886a956bf886072427ebca35322a16ae69fce058df3176bc71b4e6e5b3be

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número d4be2741-0275-483c-bae3-3c86c0f58904, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.